



O senhor diz que é preciso uma mudança política radical. O que funcionaria melhor?

Sou partidário do parlamentarismo. Eu propus, na Constituinte, que o último ano meu fosse dedicado à preparação do país para o parlamentarismo moderado.

O semipresidencialismo?

Eu digo semiparlamentarismo (Risos). Porque o presidencialismo só funcionou em países muito ricos. No resto, não tem funcionado bem. Acho que o voto uninominal é responsável por essa bagunça da fidelidade política, né? Porque, quando se sai de uma eleição, os adversários são aqueles que participam do partido, da legenda. São eles que disputam entre eles mesmos. Não é uma disputa entre partidos, é uma disputa intrapartidos. Isso é uma coisa que tem que acabar. Eu sou partidário de termos o voto distrital, quer dizer, misto. Que aquele que uma parte parlamentarista e outra parte proporcional. Pode votar na lista ou o termo de escolha também dos candidatos, pela votação que esses candidatos majoritários obtiveram que se conta como legenda.

E como se deu essa discussão sobre o parlamentarismo à época?

Durante o tempo da Constituinte, eu tive que sustentar o presidencialismo, porque não era parlamentarismo o que eles queriam. Eles queriam era um ano do meu mandato. Por quê? Porque tinham feito uma montagem da comissão de sistematização na qual só podia ser derrubado o projeto da comissão se houvesse dois terços do plenário. Esse era o golpe. Ora, isso era impossível.

E o que aconteceu?

Quando esse projeto chegou ao plenário, o Congresso ficou 30 dias sem poder votar, porque todo mundo derrubava. Então Ulysses me procurou e disse: “Sarney, você precisa me ajudar. Não vai ter Constituição”. E eu respondi: “Ulysses, sem Constituição, não tem transição, porque a Constituição é que vai marcar a transição. Nós não podemos ficar com uma transição democrática que deixa uma emenda constitucional que nos regula, cujo preâmbulo é esse: ‘O ministro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica decretam a seguinte emenda constitucional’. Isso é impossível. Então, vamos fazer uma coisa conjunta, para que possamos aprovar a Constituição”. E nós aprovamos a Constituição, que eu tive o orgulho de ser o primeiro a jurar defender. E fui o primeiro também a ter condições de começar a implantá-la, o que não foi fácil. Foi muito difícil.

Qual foi o momento mais difícil da transição?

Eu enfrentei alguns problemas que consideravam quase intransponíveis. Em primeiro lugar, o problema dos militares. A anistia tinha sido feita, eu tinha participado da elaboração da lei com Petrônio (Portela), com Franco Montoro, com Ulysses, com todos. Ela foi a base pela qual nós pudemos fazer o projeto de engenharia política que nos levou à transição. E, na anistia, as Forças Armadas queriam que nós fizéssemos para os dois lados. A oposição tinha uma resistência muito grande, achava que a anistia devia ser só para o lado civil. O Petrônio nesse ponto negociou bem. O (Ernesto) Geisel participou disso, eu participei também. Com isso, nós pacificamos toda a área das Forças Armadas.

Como era a relação com os militares naquele tempo?

Logo no princípio do governo, fiquei sabendo que 70% dos militares ainda tinham muita restrição a meu respeito. Eles achavam, com o (general João Baptista) Figueiredo à frente, que eu os havia abandonado. Na realidade, foi o contrário. Eu estabeleci duas diretrizes em relação às Forças Armadas. Primeiro, que sendo eu o comandante-em-chefe, eu que zelaria por elas. Não queria mais aquelas manifestações de ordem do dia com mensagens subliminares. E, ao mesmo tempo, estabeleci que a transição seria feita com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas. Quer dizer, elas deveriam colaborar no processo de transição democrática. E realmente colaboraram. Com isso, nós voltamos as Forças Armadas aos quartéis. Demos a elas a função que eu disse a Leônidas (Pires) — aliás, o melhor ministro do Exército que já tivemos: “Leônidas, você tem que dar o que eles têm que fazer”. E o Leônidas, então, resolveu modernizar o Exército. E as Forças Armadas se dedicaram a essa função



Eu soube que ia assumir a Presidência às 3 horas da manhã do dia 15. Não tinha participado da escolha do governo. Todos os ministros foram escolhidos pelo Tancredo. Muitos eu nem conhecia. Eu não tinha participado da elaboração do programa de governo”



A democracia é um processo de consciência de cada um de nós. O que ela traz, em primeiro lugar, é a liberdade. O coração da democracia é a liberdade. Quando ela traz a liberdade, ela tem um poder criativo que faz com que existam parlamentos, instituições fortes”

e abandonaram aquela coisa de, não tendo que fazer, buscavam a política, na qual elas se metiam. E essa coisa foi tão forte que, nós vemos, nos últimos episódios, que foram as Forças Armadas que realmente repeliram qualquer mudança ou intromissão no regime.

O senhor está falando agora dos fatos de 2022?

Sim, estou falando dos últimos fatos, de 2022, e também alguns fatos durante o meu governo. Que hoje aqui eu não quero de maneira nenhuma revelar. Tem muita gente que já morreu e tem muita gente que está viva. Houve tentativas, que foram bastante...

E o senhor contou com o apoio de quem?

Contei com apoio das Forças Armadas que não participavam disso. Uma vez o ministro Leônidas — e isso é uma

revelação que eu vou fazer vocês —, me chamou e me disse que alguns civis — eu não quero dizer o nome, nem vou dizer, guardo até hoje — estavam procurando para que ele convocasse eleições gerais. De modo que eles me forçariam a renunciar ou a ser deposto. Leônidas, depois de algum tempo, me procurou e disse: “Olha, eles estão me procurando para fazer isso e eu não vou recebê-los mais lá. É uma conversa na que eles estão querendo avançar e que não me agrada”. Eu disse: “Não, Leônidas, você faz o seguinte: ouve até o fim. Não sei, porque senão eles vão procurar outro general, que vai aderir a eles e vai nos criar caso”. E aí Leônidas cortou todos eles.

Ele teve um papel importante nesse processo todo.

Sim, um papel importante nesse

processo todo. Foi uma transição muito difícil. Vocês têm de recordar que eu soube que ia assumir a Presidência às 3 horas da manhã do dia 15. Não tinha participado da escolha do governo. Todos os ministros foram escolhidos pelo Tancredo Neves. Muitos eu nem conhecia. Eu não tinha participado da elaboração do programa de governo. E por iniciativa mesmo minha, eu não tinha querido participar da escolha de qualquer auxiliar do governo: ‘Eu quero ser um vice-presidente fraco de um presidente forte’.

E o que o senhor fez?

Fiz o que tinha de fazer: me legitimar. Para me legitimar, abri todas as frentes. Fiz a anistia para todos os sindicalistas todos — que atingiu o Lula, atingiu a todos aqueles daquele tempo. A partir dali, os sindicatos não precisavam mais do

ministério para fazer. Resgatei os partidos que estavam na clandestinidade, permiti eleições para todos os municípios e eleição para as capitais. Já naquele ano. Até o Ulysses me procurou: “Ô, Sarney como é que vamos fazer eleição com esses problemas todos?” Eu disse: “Ulysses, Tancredo podia retardar porque ele tinha um capital político muito grande. Mas eu estou em processo de legitimação e tenho que fazer imediatamente isso. E vou fazer porque eu acho que a minha convicção é de que se deve fazer imediatamente”.

Ou seja, havia um sentido de urgência na instalação da democracia.?

Havia uma urgência e uma resistência muito grande, também, dos Autênticos (Autênticos do PMDB, ala do partido que defendia uma punição mais rigorosa aos militares). Era uma pressão muito grande sobre mim. Ulysses veio falar comigo: ‘Você dá um sinal a eles’. Eu respondi: ‘Nessa coisa, Ulysses, ninguém pode dar sinal. Nós não ganhamos através das armas. Nós ganhamos por um processo de negociação, um processo de engenharia política e, portanto, nós temos é que realmente atender (às demandas dos militares). Nós não temos armas para dar sinal. Nós somos civis, e o Brasil é uma construção civil. Basta ver que, logo depois da Independência, a primeira coisa que nos preocupamos em fazer foi uma Constituição. Para ter uma monarquia constitucional’.

O senhor chegou a dizer que a Constituição deixaria o país ingovernável. Como avalia hoje?

Fiz isso no processo de nós marcharmos para fazer uma Constituição. Aqueles excessos que estavam sendo feitos foram corrigidos. Eram os processos vindos da comissão de sistematização e que alguns sobreviveram dentro do texto constitucional. Nós ainda temos 200 e poucas emendas constitucionais previstas dentro da Constituição. Que absurdo, né?

O senhor foi a maior autoridade do país e presidente do Senado por três vezes. Como enxerga o desgaste entre o Executivo e o Legislativo em relação às emendas?

Isso é falta de ampliar o diálogo. E falta também de lideranças que se imponham à classe política. Essas lideranças que estão surgindo, participando do processo, de certo modo, são novas, ainda não têm uma grande experiência. Então, os velhos continuam a ser imprescindíveis. (Risos)

A nossa democracia sofreu riscos lá atrás. Ela ainda sofre? Está consolidada?

A democracia é um processo de consciência de cada um de nós. Nesse processo, o que a democracia traz, em primeiro lugar, é a liberdade. O coração da democracia é a liberdade. Quando ela traz a liberdade, ela tem um poder criativo que faz com que existam parlamentos, instituições fortes, que só podem existir num processo de liberdade. É aquela definição do Churchill de que a democracia é um regime muito ruim, mas não há outro melhor. Tem outra dele que acho mais precisa, relativa à democracia como o regime da liberdade: quando batem na sua casa às 6 horas da manhã, você tem absoluta tranquilidade de que é o leiteiro ou o padeiro. Nunca é a polícia.

O que pensa da denúncia da Procuradoria Geral da República contra acusados de promover um golpe contra a democracia?

Isso é uma demonstração da democracia. É um processo que está correndo na Justiça, naturalmente, os acusados terão o direito de defesa. Agora, eu me choco, sob o ponto de vista humano e político, dessa coisa inacreditável de assassinato do presidente, do vice-presidente e de um ministro do Supremo Tribunal Federal. É o que eu disse. Desde que as Forças Armadas voltaram aos quartéis, dedicaram-se às atribuições que tinham, elas não respaldarão jamais um processo de queda do regime democrático. Nós instituímos o regime democrático e estamos num processo de consolidação e já atravessando muitos casos difíceis, como os de impeachment.

Ou seja, a nossa democracia passou no teste.

Não no teste, ela passou na estrutura.

* Leia mais na página 4.